



**B-214**

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 455/2017

TÉCNICO DE LABORATÓRIO / ACESSIBILIDADE

**PROVA OBJETIVA**

**Leia com atenção as Instruções**

1. Você recebeu do fiscal um **cartão de respostas da prova objetiva** e este **caderno de questões** que contém **60 (sessenta) questões objetivas**.
2. É sua responsabilidade verificar se o nome do cargo informado neste **caderno de questões** corresponde ao nome do cargo informado em seu **cartão de respostas**.
3. Você dispõe de **4 (quatro) horas** para realizar a prova, incluindo o preenchimento do **cartão de respostas**.
4. Somente depois de decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá retirar-se da sala de prova em caráter definitivo, obrigatoriamente entregando ao fiscal de sala todo o material de prova recebido.
5. Somente será permitido ao candidato levar seu **caderno de questões** quando faltar uma hora para o término do tempo estabelecido para a prova.
6. É terminantemente vedado copiar respostas, em qualquer fase do concurso público.

7. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão ser liberados juntos.
8. Se você precisar de algum esclarecimento, consulte o fiscal.

**Somente após autorização para o início da prova:**

1. Verifique, neste **caderno de questões**, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
2. Verifique, no **cartão de respostas**, se existem espaços suficientes para a marcação das respostas de todas as **questões objetivas** existentes neste caderno de questões.
3. Transcreva a frase abaixo, utilizando letra cursiva, no espaço reservado no seu **cartão de respostas**.

**"Dificuldades preparam pessoas comuns para destinos extraordinários."** C S Lewis

**Cronograma Previsto - Prova Objetiva**

Atividade	Início	Término
Publicação das Provas Objetivas - Internet	04/12/2017	
Publicação dos gabaritos preliminares das Provas Objetivas - Internet		
Interposição de Recurso contra os gabaritos preliminares das Provas Objetivas - Internet	05/12/2017	07/12/2017

Consulte o cronograma completo em <http://concursos.pr4.ufrj.br>

**LINGUA PORTUGUESA****TEXTO 1****DEMOCRACIA E CIDADANIA**

São cinco os princípios da democracia, são cinco e juntos totalmente suficientes. Cada um separado já é uma revolução. Pensar a liberdade, o que acontece em sua falta e o que se pode fazer com sua presença. A igualdade, o direito de absolutamente todos e a luta sem fim para que seja realidade. E assim o poder da solidariedade, a riqueza da diversidade e a força da participação. E quanta mudança ocorre por meio deles.

Se cada um separado quase daria para transformar o mundo, imagine todos eles juntos. O desafio de juntar igualdade com diversidade, de temperar com solidariedade conseguida pela participação. Essa é a questão da democracia, a simultaneidade na realização concreta dos cinco princípios, meta sempre irrealizável e ao mesmo tempo possível de se tentar a cada passo, em cada relação, em cada aspecto de vida.

E sobretudo e acima de tudo coloque o eixo dessa revolução na cidadania, em cada pessoa e em todas. Não no Estado, nem no mercado. Eles não são capazes de dar vida a esses princípios. Essa obra é do homem e da mulher, juntos. O Estado quase sempre mata ou aleija um desses princípios dizendo que se deseja salvar a democracia. Mata um pedaço em nome do todo. O Estado é um animal que precisa ser domesticado. Sem controle da cidadania, logo perde o rumo e faz besteira, corrompe-se e corrompe. O mercado sem o controle da cidadania perde seu gosto pela liberdade e a competição. Entrega-se a uns poucos para servir a minorias.

A maioria das pessoas acredita que a solução dos problemas vem de fora, de algo externo, de alguém ou alguma coisa que fará, por nós e por todos, aquilo que deve ser feito. Uns não sabem viver sem o poder, sem o Estado. Outros não sabem viver sem alguém que manda, o senhor, o padre e o pastor, o empresário, o líder, o patrão. A maioria não sabe viver sem o Estado e o mercado, não sabe viver por si. E esse engano é grande, profundo e perigoso. (...)

**Herbert de Souza (Betinho) | Sociólogo**  
Democracia Viva n° 28, Fevereiro de 1997.

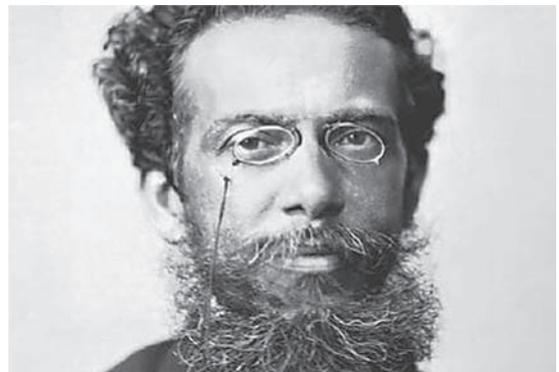
- Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, os cinco princípios da democracia destacados por Betinho, no texto dado.
  - Cidadania, pensar a liberdade, a luta sem fim, solidariedade e participação.
  - O poder da solidariedade, liberdade, luta e poder.
  - Igualdade, diversidade, solidariedade, participação e liberdade.
  - Solidariedade, direito, liberdade, cidadania e luta.
  - Igualdade, luta, força, poder e cidadania.
- Quanto ao terceiro parágrafo do texto dado, é correto afirmar que:
  - a revolução no eixo da cidadania está em cada pessoa, apesar do Estado e do mercado.
  - a revolução democrática tem seu eixo cidadão no todo social, capaz de substituir o Estado e o mercado.
  - a cidadania democrática pode revolucionar o Estado e o mercado, se homens e mulheres estiverem juntos.
  - é a ação de homens e mulheres, juntos, que poderá garantir a eficácia dos princípios da democracia.

E) homens e mulheres, juntos, devem excluir o mercado e o Estado da gestão cidadã da democracia.

- Segundo Betinho, o Estado e o Mercado precisam ser controlados pela cidadania, porque:
  - o primeiro tende à corrupção; o segundo, ao monopólio.
  - o primeiro é, por natureza, irresponsável; enquanto o segundo gosta do autoritarismo.
  - o segundo se assemelha ao primeiro no que se refere à competição.
  - este corrompe, enquanto aquele compete.
  - enquanto aquele precisa de liberdade, este defende a corrupção.
- Considerando o estabelecido nas normas gramaticais da língua, em relação ao trecho "A maioria das pessoas acredita que a solução dos problemas vem de fora, (...)", que inicia o último parágrafo do texto dado, pode-se afirmar que se trata de um período:
  - simples.
  - composto com duas orações.
  - composto com três orações.
  - simples com duas orações.
  - composto com uma oração.

**TEXTO 2**

O texto adiante é um fragmento do artigo **Intelectuais negros e a identidade brasileira**, publicado por Jonas Soares de Souza na revista *Campo & Cidade*. Leia-o, atentamente, e responda às questões 5, 6 e 7.



Machado de Assis

**INTELECTUAIS NEGROS  
E A IDENTIDADE BRASILEIRA**

"Neto de escrava liberta, Joaquim Maria Machado de Assis é o mais famoso e universal dos escritores brasileiros. Mulato de origem humilde, o autor de *Dom Casmurro* foi o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras e, hoje, é reconhecido como escritor de primeira linha da literatura mundial. Alguns intelectuais contemporâneos de Machado de Assis, no entanto, tentavam sublimar suas origens étnicas e o passado humilde para incorporá-lo de corpo e alma ao universo dos brancos.

O escritor Joaquim Nabuco, por exemplo, em uma carta de 1908 adverte o crítico José Veríssimo por ter se referido a Machado como 'mulato', em artigo de homenagem ao escritor recém-falecido. 'Machado para mim era um branco, e creio que por tal se tomava; quando houvesse sangue estranho, isto em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica. Eu pelo menos só via nele o grego'.

Na literatura sobre relações raciais no Brasil existe um consenso de que a integração dos descendentes de africanos à sociedade deu-se pela via do “embranquecimento”, ou pelo que um sociólogo chama de ‘válvula de escape do mulato’, como no caso de Machado de Assis. O “embranquecimento” pode ser entendido como o processo pelo qual indivíduos negros, principalmente intelectuais, eram assimilados às elites nacionais brasileiras. Isso significava uma escalada da pobreza e subordinação baseada no preconceito de cor e na origem escrava em direção ao domínio de classe e cultura das elites predominantemente brancas. (...)”

5. Dentre as alternativas a seguir, assinale a afirmativa correta.
- A) Joaquim Nabuco sugere que Machado se considerava branco.
- B) A literatura brasileira comprova o embranquecimento dos escritores mulatos.
- C) A válvula de escape dos escritores mulatos era sua integração à sociedade.
- D) Joaquim Nabuco tentou sublimar suas origens étnicas e o seu passado humilde.
- E) As elites nacionais brasileiras valorizavam os escritores negros ou mulatos.
6. A integração de Machado de Assis à sociedade pela via do “embranquecimento” teria ocorrido, segundo:
- A) Joaquim Nabuco.
- B) José Veríssimo.
- C) um sociólogo.
- D) Jonas Soares de Souza.
- E) as elites brancas.
7. Quanto à tipologia textual, pode-se afirmar que no terceiro e último parágrafo do texto dado predomina:
- A) a descrição.
- B) a narração.
- C) a argumentação.
- D) tanto a descrição quanto a narração.
- E) menos a argumentação e mais a narração.

### TEXTO 3



Conceição Lima

Conceição Lima nasceu, em 1961, na ilha de São Tomé, em São Tomé e Príncipe, país africano de língua portuguesa que se tornou independente de Portugal em 1975, após 500 anos de colonização. Formada pelo King's College de Londres, Conceição é jornalista e trabalha para a BBC de Londres.

*A mão* é um de seus mais conhecidos poemas. Leia-o, com atenção, e responda às questões 8, 9 e 10.

#### A MÃO

Toma o ventre da terra  
e planta no pedaço que te cabe  
esta raiz enxertada de epítáfios.

Não seja tua lágrima a maldição  
que sequestra o ímpeto do grão  
levanta do pó a nudez dos ossos,  
a estilhaçada mão  
e semeia

girassóis ou sinos, não importa  
se agora uma gota anuncia  
o latente odor dos tomateiros  
a viva hora dos teus dedos.

8. A intenção poética de **A mão** não está orientada para a ideia de:
- A) resistência.
- B) superação.
- C) coragem.
- D) confiança.
- E) prudência.
9. Quanto à classe gramatical das palavras selecionadas pela autora no verso “Não seja tua lágrima a maldição”, é correto afirmar que se tem respectivamente:
- A) uma conjunção adversativa, um verbo, um pronome possessivo, um substantivo, uma preposição, um substantivo.
- B) um advérbio de intensidade, um verbo, um pronome demonstrativo, um substantivo, uma preposição, um adjetivo.
- C) um advérbio, um verbo, um pronome possessivo, um substantivo, um artigo, um substantivo.
- D) uma conjunção comparativa, um verbo, um pronome possessivo, um substantivo, uma preposição, um substantivo.
- E) um advérbio de modo, um verbo, um pronome demonstrativo, um substantivo, um artigo, um adjetivo.
10. Sobre o termo em destaque nos versos “se agora uma gota **anuncia** / o latente odor dos tomateiros”, pode-se afirmar que se trata de verbo:
- A) intransitivo.
- B) transitivo direto.
- C) de ligação.
- D) transitivo indireto.
- E) auxiliar.

### TEXTO 4

Adiante, o célebre conto **Um Apólogo**, de Machado de Assis. Leia-o, com atenção, e responda às questões propostas a seguir.

#### “UM APÓLOGO

Era uma vez uma agulha, que disse a um novelo de linha:

— Por que está você com esse ar, toda cheia de si, toda enrolada, para fingir que vale alguma coisa neste mundo?

— Deixe-me, senhora.

— Que a deixe? Que a deixe, por quê? Porque lhe digo que está com um ar insuportável? Repito que sim, e falarei sempre que me der na cabeça.

— Que cabeça, senhora? A senhora não é alfinete, é agulha. Agulha não tem cabeça. Que lhe importa o meu ar? Cada qual tem o ar que Deus lhe deu. Importe-se com a sua vida e deixe a dos outros.

— Mas você é orgulhosa.

— Decerto que sou.

— Mas por quê?

— É boa! Porque coso. Então os vestidos e enfeites de nossa ama, quem é que os cose, senão eu?

— Você? Esta agora é melhor. Você é que os cose? Você ignora que quem os cose sou eu e muito eu?

— Você fura o pano, nada mais; eu é que coso, prendo um pedaço ao outro, dou feição aos babados...

— Sim, mas que vale isso? Eu é que furo o pano, vou adiante, puxando por você, que vem atrás obedecendo ao que eu faço e mando...

— Também os batedores vão adiante do imperador.

— Você é imperador?

— Não digo isso. Mas a verdade é que você faz um papel subalterno, indo adiante; vai só mostrando o caminho, vai fazendo o trabalho obscuro e ínfimo. Eu é que prendo, ligo, ajunto...

Estavam nisto, quando a costureira chegou à casa da baronesa. Não sei se disse que isto se passava em casa de uma baronesa, que tinha a modista ao pé de si, para não andar atrás dela. Chegou a costureira, pegou do pano, pegou da agulha, pegou da linha, enfiou a linha na agulha, e entrou a coser. Uma e outra iam andando orgulhosas, pelo pano adiante, que era a melhor das sedas, entre os dedos da costureira, ágeis como os galgos de Diana — para dar a isto uma cor poética. E dizia a agulha:

— Então, senhora linha, ainda teima no que dizia há pouco? Não repara que esta distinta costureira só se importa comigo; eu é que vou aqui entre os dedos dela, unidinha a eles, furando abaixo e acima...

A linha não respondia; ia andando. Buraco aberto pela agulha era logo enchido por ela, silenciosa e ativa, como quem sabe o que faz, e não está para ouvir palavras loucas. A agulha, vendo que ela não lhe dava resposta, calou-se também, e foi andando. E era tudo silêncio na saleta de costura; não se ouvia mais que o plic-plic-plic-plic da agulha no pano. Caindo o sol, a costureira dobrou a costura, para o dia seguinte. Continuou ainda nessa e no outro, até que no quarto acabou a obra, e ficou esperando o baile.

Veio a noite do baile, e a baronesa vestiu-se. A costureira, que a ajudou a vestir-se, levava a agulha espetada no corpinho, para dar algum ponto necessário. E enquanto compunha o vestido da bela dama, e puxava de um lado ou outro, arregaçava daqui ou dali, alisando, abotoando, acolchetando, a linha para mofar da agulha, perguntou-lhe:

— Ora, agora, diga-me, quem é que vai ao baile, no corpo da baronesa, fazendo parte do vestido e da elegância? Quem é que vai dançar com ministros e diplomatas, enquanto você volta para a caixinha da costureira, antes de ir para o balaio das mucamas? Vamos, diga lá.

Parece que a agulha não disse nada; mas um alfinete, de cabeça grande e não menor experiência, murmurou à pobre agulha:

— Anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico.

Contei esta história a um professor de melancolia, que me disse, abanando a cabeça:

— Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária!”

11. Se admitirmos que a história narrada apresenta, em seu nível fundamental, a oposição entre elite e trabalhadores; pode-se considerar que ambos estão, assim, respectivamente, representados no plano da expressão:

- A) a baronesa e a agulha – o novelo, o alfinete e a costureira.
- B) a baronesa – a agulha, o novelo, o alfinete e a costureira.
- C) a baronesa, a agulha e o alfinete – o novelo e a costureira.
- D) a baronesa e o alfinete – a agulha, o novelo e a costureira.
- E) a baronesa e a costureira – a agulha, o novelo e o alfinete.

12. Tendo como referência os elementos que constituem os diversos gêneros textuais, pode-se afirmar que no conto **Um Apólogo** há marcas características de:

- A) fábula.
- B) biografia.
- C) diário.
- D) resenha.
- E) carta.

13. No trecho “— Que cabeça, senhora?”, a vírgula é empregada para:

- A) marcar uma pausa respiratória.
- B) assinalar a separação do aposto “senhora”.
- C) isolar o vocativo “Que cabeça”.
- D) isolar o vocativo “senhora”.
- E) separar o substantivo “senhora” do pronome demonstrativo “Que”.

14. Releia o trecho a seguir e responda à questão proposta.

“Era uma vez uma agulha, que disse a um novelo de linha:

— Por que está você com esse ar, toda cheia de si, toda enrolada, para fingir que vale alguma cousa neste mundo?

— **Deixe-me**, senhora. (...)”

Na frase “— **Deixe-me**, senhora.”, o termo em destaque apresenta:

- A) um pronome oblíquo em posição de mesóclise que se refere à agulha.
- B) um pronome reto em posição de próclise que se refere à agulha.
- C) um pronome oblíquo em posição de próclise que se refere ao novelo de linha.
- D) um pronome reto em posição de ênclise que se refere à agulha.
- E) um pronome oblíquo em posição de ênclise que se refere ao novelo de linha.

15. Se quisermos manter a coesão e a coerência textuais deste período do texto dado “Parece que a agulha não disse nada; **mas** um alfinete, de cabeça grande e não menor experiência, murmurou à pobre agulha: (...)”; pode-se substituir o termo em destaque pela palavra:

- A) porque.
- B) uma vez que.
- C) pois.
- D) entretanto.
- E) onde.

16. Assinale a sequência em que figuram apenas palavras oxítonas.

- A) Há – você.
- B) Elegância – experiência.
- C) Lá – insuportável.
- D) É – ínfimo.
- E) Quê – silêncio.

17. Em relação ao trecho “(...) vai fazendo o trabalho obscuro e **ínfimo**. (...)”, marque a alternativa que apresenta sentido contrário ao do termo destacado.

- A) Minúsculo.
- B) Diminuto.
- C) Desmesurável.
- D) Infinitesimal.
- E) Insignificante.

18. Sobre o termo em destaque na frase “Parece que a agulha não **disse** nada; (...)” é correto afirmar que:

- A) (1) é verbo; (2) é monossílabo e (3) é grafado com “s” dobrado, porque este está entre vogais.
- B) (1) é substantivo; (2) é monossílabo e (3) é grafado com “s” dobrado, porque este é pronunciado com o som do “c” intercalado.
- C) (1) é verbo; (2) divide-se em duas sílabas e (3) é grafado com “s” dobrado, porque este está entre vogais e é pronunciado com o som do “s” inicial.
- D) (1) é verbo; (2) é trissílabo e (3) é grafado com “s” dobrado, porque está flexionado no pretérito perfeito.
- E) (1) é verbo; (2) é polissílabo e (3) é grafado com “s” dobrado, porque está conjugado no pretérito imperfeito.

19. Quanto ao trecho “(...) isto se passava em casa de uma baronesa, que tinha a modista ao pé de si (...)” é correto afirmar que se trata de período:

- A) simples.
- B) com duas orações, composto por coordenação.
- C) composto por coordenação e subordinação.
- D) com duas orações, composto por subordinação.
- E) simples, composto por subordinação.

20. “Buraco aberto pela agulha era logo enchido por **ela**, **silenciosa** e **ativa**, como quem sabe o que faz, e não está para ouvir palavras loucas.”

A concordância entre os termos em destaque no fragmento é:

- A) verbal e em gênero e número.
- B) nominal e apenas em gênero.
- C) verbal e apenas em número.
- D) nominal e apenas em grau.
- E) nominal e em gênero e número.

## LEGISLAÇÃO

21. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, uma das formas de provimento de cargo público é a nomeação: ato administrativo que materializa o provimento originário. Sobre a nomeação, pode-se afirmar que:

- A) far-se-á em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.
- B) far-se-á em comissão, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou em carreira.
- C) far-se-á em caráter efetivo, para cargos de confiança vagos.
- D) a nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo não depende de prévia habilitação em concurso público.
- E) a nomeação para cargo em comissão depende de prévia habilitação em concurso público de títulos, obedecida a ordem de classificação.

22. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo. De acordo com a Lei nº 8112/1990, sobre o estágio probatório, é correto afirmar que:

- A) o servidor em estágio probatório não poderá exercer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia e assessoramento no órgão ou entidade de lotação.
- B) o servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia e assessoramento no órgão ou entidade de lotação.
- C) ao servidor em estágio probatório poderá ser concedida licença para tratar de interesses particulares.
- D) ao servidor em estágio probatório não poderá ser concedida licença por motivo de doença em pessoa da família.
- E) o estágio probatório não ficará suspenso durante o afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere.

23. Maria Augusta, servidora investida no cargo de Técnica em Assuntos Educacionais da UFRJ, após 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respondeu, pela primeira vez, a processo administrativo disciplinar por ter recusado fé a documentos públicos. Após a conclusão do referido processo, foi aplicada a pena de demissão à servidora. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, a pena aplicada a Maria Augusta:

- A) não está correta. Considerando que a servidora não é reincidente, a pena a ser aplicada é a suspensão por 30 (trinta) dias.
- B) não está correta. Considerando que a servidora não é reincidente, a pena a ser aplicada é a suspensão por 90 (noventa) dias.
- C) não está correta. Considerando que a servidora não é reincidente, a pena a ser aplicada é a advertência.
- D) está correta. A lei determina que a pena a ser aplicada é a demissão.
- E) não está correta. Considerando que a servidora é estável, a única pena a ser aplicada é a exoneração.

**24.** A Lei nº 12.527/2011 regula o acesso à informação na Administração Pública e dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela Administração Pública direta e indireta. Assinale a alternativa que contém, nos termos dessa lei, conduta(s) ilícita(s) que enseja(m) responsabilidade do agente público.

- A) Agir prudentemente na análise das solicitações de acesso à informação.
- B) Assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação.
- C) Assegurar a proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade.
- D) Informar sobre a tramitação de documentos na sua respectiva unidade.
- E) Recusar-se a fornecer informação requerida nos termos da lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.

**25.** O Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal determina que, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta, autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, seja criada uma Comissão de Ética, encarregada de aconselhar sobre a ética profissional do servidor. Nos termos do Decreto nº 1.171/1994, que aprova o Código de Ética do Servidor Público, é correto afirmar que:

- A) não compete à Comissão de Ética conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.
- B) a pena aplicável ao servidor pela Comissão de Ética é a de demissão e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por seus integrantes, com ciência do faltoso.
- C) a pena aplicável ao servidor pela Comissão de Ética é, em todos os casos analisados, a de advertência e sua fundamentação não constará do respectivo parecer.
- D) à Comissão de Ética incube fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreiras dos servidores, os registros sobre a sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
- E) não cabe à Comissão de Ética aplicar pena aos servidores.

**26.** “Pode-se definir a licitação como o procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração do contrato.”

(Di Pietro, 2009, p. 350)

Sobre a licitação na Administração Pública, nos termos da Lei nº 8.666/1993, é correto afirmar que:

- A) considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
- B) o leilão é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na

compra ou alienação de bens imóveis, como nas concessões de direito real de uso.

- C) para a habilitação nas licitações não se exigirá dos interessados a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista.
- D) a licitação será processada e julgada em estrita conformidade com o princípio básico do julgamento subjetivo.
- E) nos atos de convocação, é permitido aos agentes públicos admitir cláusulas ou condições que comprometam o caráter competitivo da licitação.

**27.** “O processo administrativo é o instrumento que formaliza a sequência ordenada de atos e de atividades do Estado e dos particulares a fim de ser produzida uma vontade final da Administração. Tendo em vista a necessidade de uniformizar pelo menos as regras básicas adotadas nos expedientes internos da Administração, foi editada a Lei nº 9.784/1999, destinada a regular os processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal.”

(Filho, 2009, p. 926)

Sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que:

- A) a Administração não tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, ainda que a matéria seja de sua competência.
- B) são admissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.
- C) os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.
- D) os elementos probatórios não são considerados na motivação do relatório e da decisão.
- E) o interessado não poderá desistir total ou parcialmente do pedido formulado, tampouco renunciar a direitos disponíveis.

**28.** Carla Cristina, servidora pública federal, investida no cargo de Assistente em Administração da UFRJ, completará 12 (doze) meses de efetivo exercício e pretende marcar suas férias no Setor de Recursos Humanos da Universidade. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que a servidora:

- A) fará jus a 40 (quarenta) dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de 3 (três) períodos, no caso de necessidade do serviço.
- B) fará jus a 40 (quarenta) dias de férias, que não podem ser acumuladas.
- C) poderá levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.
- D) não poderá ter suas férias parceladas, tendo em vista que a lei veda o parcelamento do período de férias.
- E) poderá parcelar as férias em até três etapas, desde que sejam requeridas por ela e no interesse da administração pública.

**29.** “ Os direitos sociais encontram-se catalogados nos arts. 6º a 11º da Constituição Federal e estão disciplinados ao longo do texto constitucional. Tais direitos constituem as liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por objetivo a melhoria das condições de vida dos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social.”

(Paulo e Alexandrino, 2008, p. 215)

Assinale a alternativa em que constam, nos termos da Constituição Federal de 1988, direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais.

- A) Repouso semanal não remunerado, preferencialmente aos domingos.
  - B) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
  - C) Distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
  - D) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 10 (dez) por cento à do normal.
  - E) Diferença de salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- 30.** Das decisões administrativas, cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito. Sobre o recurso administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que:
- A) as organizações e associações representativas não têm legitimidade para interpor recurso administrativo, no tocante a direitos e interesses coletivos.
  - B) será conhecido ainda que interposto perante órgão incompetente.
  - C) da revisão do processo poderá resultar agravamento da sanção.
  - D) será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não reconsiderá-la, irá encaminhá-la à autoridade superior.
  - E) sempre terá efeito suspensivo.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**31.** Define-se “direitos humanos” como aqueles inerentes a todas as pessoas, sem discriminação, e que apresentam, como características mais relevantes, serem:

- A) hierarquizados e interdependentes.
- B) indivisíveis e facultativos.
- C) inter-relacionados e alienáveis.
- D) indivisíveis e interdependentes.
- E) divisíveis e inalienáveis.

**32.** A respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada em 1948 pelas Nações Unidas, pode-se afirmar que:

- A) trata-se de documento internacional para assegurar a igualdade, dignidade e direitos de todas as pessoas.
- B) corresponde a um tratado vinculante referente à liberdade de expressão e ao direito ao trabalho.
- C) destina-se a proteger algumas minorias que enfrentam discriminação por suas diferenças.
- D) aplica-se a determinados períodos de conflitos entre países que ameaçam a vida.
- E) corresponde a um conjunto de propostas que desconsidera as diferenças humanas.

**33.** Historicamente, as pessoas com deficiência recebem tratamento segregacionista e assistencial, seja em instituições de asilamento ou em escolas separadas. No século XX, evoluiu-se para o modelo biomédico, e deste, para o modelo social da deficiência. Nesse contexto, pode-se afirmar que:

- A) o modelo biomédico assegura a educação inclusiva e o modelo social prioriza a inserção no trabalho.
- B) a integração foi uma política que avançou muito na área dos direitos humanos.
- C) o modelo social não tem apoio das associações das pessoas com deficiência sensorial.
- D) a inclusão social e a integração social destinam-se, respectivamente, à deficiência física e à deficiência intelectual.
- E) o modelo biomédico corresponde à integração e o modelo social relaciona-se à inclusão social desse segmento.

**34.** A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é um tratado específico de direitos humanos homologado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006. Em seu artigo 3º, esta Convenção apresenta os seguintes princípios gerais:

- A) independência, direito à educação especial e ao benefício de prestação continuada.
- B) não discriminação, integração social e respeito pela diferença.
- C) autonomia individual, igualdade de oportunidades e acessibilidade.
- D) direito à educação e participação social proporcional ao grau de deficiência.
- E) acessibilidade, inclusão social e necessidade de normalização.

**35.** A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi ratificada pelo Brasil em 2008 e promulgada por meio do Decreto nº 6.949/2009. Sobre a ratificação, pode-se afirmar que:

- A) não houve a participação da sociedade civil organizada no debate democrático.
- B) seguiu o trâmite e foi aprovada com equivalência à emenda constitucional.
- C) ocorreu como lei infraconstitucional, apesar do esforço das organizações não governamentais.
- D) foi um processo que envolveu a Câmara dos Deputados sem a participação do Senado Federal.
- E) ainda não foi referendada pelo Supremo Tribunal Federal para ter efeitos internos.

**36.** No preâmbulo da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, considera-se a deficiência como:

- A) dificuldade da pessoa de participar das relações sociais e ambientais.
- B) característica da pessoa, que não interfere em sua inclusão.
- C) conceito estabelecido como desvantagem decorrente de doenças incapacitantes.
- D) atributo que diferencia as pessoas e não se altera com barreiras do ambiente.
- E) conceito em evolução resultante da interação entre a pessoa e as barreiras atitudinais e ambientais.

37. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência foi sancionada em 2015 e destina-se a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Assinale a alternativa que contém uma determinação desta lei.
- A) Revogação da legislação anterior para juntá-la em uma única lei específica sobre as pessoas com deficiência.
  - B) Confirmação das leis de ação afirmativa e a revogação da legislação sobre educação inclusiva e acessibilidade.
  - C) Adaptação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência para seguir as leis brasileiras sobre o trabalho.
  - D) Afirmação de todas as obrigações que constam na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
  - E) Supressão de leis sobre promoção e proteção social das pessoas com deficiência existentes a partir da Constituição Federal.
38. Observa-se, na sociedade e nas ações do Estado, uma série de atitudes que podem ser consideradas discriminação em razão da deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência define ações e procedimentos que configuram discriminação, sendo passíveis de punição, dentre elas:
- A) realizar matrícula escolar de alunos sem autonomia.
  - B) fornecer informações ao Ministério Público para ações judiciais.
  - C) estabelecer reserva de vagas em concursos públicos.
  - D) conceder isenção de impostos na aquisição de tecnologia assistiva.
  - E) recusar adaptação razoável e fornecimento de tecnologia assistiva.
39. Segundo a legislação internacional e também a brasileira, a acessibilidade é um direito básico para o exercício dos demais direitos, como saúde, educação, trabalho, cultura, turismo, entre outros. A acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida pode ser definida como:
- A) possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de ambientes, informação, comunicação, sistemas e tecnologias.
  - B) equipamento eletrônico utilizado nos acessos aos espaços arquitetônicos urbanos.
  - C) dispositivos existentes nas construções e meios de comunicação que permitem o acesso de pessoas com deficiência auditiva.
  - D) independência conseguida apenas com o emprego do desenho universal na concepção de projetos.
  - E) possibilidade de uso de tecnologia da informação com o apoio de outra pessoa sem deficiência.
40. Considera-se tecnologia assistiva ou ajuda técnica para pessoas com deficiência o conjunto que inclui:
- A) dispositivos, recursos, práticas e serviços para superar desvantagens da deficiência múltipla e assegurar completa autonomia.
  - B) equipamentos e práticas usadas nas situações de doença grave para promover assistência respiratória e aporte de oxigênio.
  - C) produtos, equipamentos, estratégias e serviços que objetivem promover a funcionalidade, visando à inclusão social e à qualidade de vida.
  - D) produtos, metodologias e estratégias pedagógicas para suplementar a capacidade de aprendizagem do Braille.
  - E) dispositivos, produtos e práticas que promovam habilidades e competências no desempenho laboral.
41. As condições de acessibilidade dos *campi* universitários e seus entornos interferem na permanência, no aproveitamento e no sucesso dos alunos, servidores técnicos e docentes com deficiência ou mobilidade reduzida. A legislação de acessibilidade determinou que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível já existentes em 2004 deveriam estar adaptados até 2008 para assegurar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes. Assinale a alternativa que **NÃO** contém uma exigência do Poder Público para a concessão de autorização de funcionamento, de abertura ou renovação de curso.
- A) Cumprir as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação, conforme normas técnicas da ABNT.
  - B) Disponibilizar tecnologia assistiva para servidores, pessoal contratado e alunos com deficiência.
  - C) Garantir as condições de acessibilidade e os recursos de tecnologia assistiva em congressos, seminários, oficinas e demais eventos de natureza científico-cultural financiados pelo Poder Público.
  - D) Adotar nos editais de compra de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas, cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofereçam sua produção também em formatos acessíveis.
  - E) Dispor de regras internas para coibir a discriminação em razão da deficiência, se houver servidores ou alunos com deficiência em seus quadros.
42. A inserção, no mercado de trabalho, de pessoa com deficiência e de segurados reabilitados permanece como desafio à sua inclusão social e econômica. A principal estratégia são as políticas afirmativas de reserva de postos de trabalho para essas pessoas. Assinale a opção que apresenta o critério adotado na legislação.
- A) Contratação de 2% das vagas nas empresas do ramo alimentício.
  - B) Contratação compulsória de mais de 5% dos postos de trabalho da área administrativa.
  - C) Dispensa de inserção de trabalhadores que necessitem de adaptações razoáveis.
  - D) Obrigatoriedade de contratação pelas empresas com cem ou mais empregados.
  - E) Obrigatoriedade de manter o trabalhador com deficiência pelo período de dois anos.

43. O Plano Nacional da Educação (PNE) instituído pela Lei nº 13.005/2014, composto por metas e estratégias, tratou da educação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. A esse respeito, o PNE prescreveu:
- A) implantar salas de recursos multifuncionais em 50% das escolas urbanas e 20% das escolas do campo, indígenas e de comunidades quilombolas.
  - B) universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado.
  - C) garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais para os alunos avaliados com grau severo de deficiência.
  - D) assegurar a oferta de educação inclusiva no ensino regular e por solicitação da família promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.
  - E) criar programas que promovam adaptações nas escolas públicas a serem construídas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica e da oferta de transporte acessível.
44. Com referência à educação superior de alunos com deficiência, a Lei nº 13.409/2016 determina a/o:
- A) redução de 50% do valor da matrícula e das mensalidades nas instituições privadas de ensino.
  - B) reserva de vagas e concessão de vale-transporte e vale-alimentação para alunos com deficiência dos programas de distribuição de renda.
  - C) controle de frequência e de aproveitamento para a manutenção da vaga reservada pela legislação.
  - D) reserva de vagas nos cursos de graduação de licenciaturas em percentual acima do Censo IBGE nas regiões com carência de professores.
  - E) reserva de vagas nas instituições públicas federais de acordo com os percentuais do Censo IBGE mais recente para a unidade da federação.
45. As instituições de ensino superior e de pesquisa e inovação devem contribuir para a inclusão e a participação das pessoas com deficiência na sociedade. Nesse sentido, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A) A dilação de tempo de prova e de outras atividades acadêmicas nos cursos de graduação e pós-graduação pode ser concedida a critério do professor, mediante prévia solicitação do estudante com deficiência e concordância dos demais alunos, para resguardar o princípio da isonomia.
  - B) Os programas, as linhas de pesquisa e os projetos a serem desenvolvidos com o apoio de agências de financiamento e de órgãos e entidades integrantes da administração pública que atuem no auxílio à pesquisa devem contemplar temas voltados à tecnologia assistiva.
  - C) A acessibilidade e as tecnologias assistiva e social devem ser fomentadas mediante a criação de cursos de pós-graduação, a formação de recursos humanos e a inclusão do tema nas diretrizes de áreas do conhecimento.
  - D) Os cursos de licenciatura e os demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, devem incentivar a inclusão dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
  - E) O programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação e pós-graduação deve ser política institucional e assegurar a acessibilidade às pessoas com deficiência.
46. Assinale a alternativa que apresenta corretamente, de acordo com a legislação a diretriz de acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em caso de construção ou adaptação de edifícios destinados ao uso coletivo.
- A) Ter pelo menos dois acessos ao interior da edificação livres de barreiras arquitetônicas e de obstáculos.
  - B) Dispor de, pelo menos, um sanitário e um lavatório acessíveis, com equipamentos e acessórios adaptados.
  - C) Reservar 1% das vagas de estacionamento para veículos que transportem pessoas com deficiência.
  - D) Os sinais de trânsito devem estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro alto e estridente, para orientar a travessia de pessoas com deficiência visual.
  - E) Os elevadores do prédio devem possuir abertura de acesso com 70 cm de largura.
47. Uma pessoa que apresenta uma deficiência motora e, ao mesmo tempo, uma deficiência intelectual é classificada como portadora de deficiência:
- A) múltipla.
  - B) congênita.
  - C) hereditária.
  - D) alternativa.
  - E) composta.
48. Nos espaços públicos destinados ao lazer, o atendimento prioritário dado às pessoas com deficiência compreende obrigatoriamente:
- A) pessoal capacitado para auxiliar pessoas com deficiência mental e múltipla.
  - B) serviço de acompanhante para auxiliar pessoas com mobilidade reduzida.
  - C) serviço de canil para cães-guia para pessoas com deficiência visual.
  - D) tradutor de língua brasileira de sinais para surdos.
  - E) assentos preferenciais sinalizados e mobiliário adaptado para cadeirantes.
49. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, a avaliação da deficiência, quando necessária:
- A) é, excepcionalmente, realizada por equipe multiprofissional.
  - B) tem seus instrumentos criados pelo Poder Legislativo.
  - C) não considera a limitação no desempenho de atividades.
  - D) é biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional.
  - E) não considera fatores psicológicos e pessoais.

50. É competência dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência:
- A) definir a proposta orçamentária para inclusão da pessoa com deficiência.
  - B) realizar estudos sobre a qualidade de vida da pessoa com deficiência.
  - C) zelar pela implementação da política para inclusão da pessoa com deficiência.
  - D) desenvolver campanhas de prevenção de deficiências.
  - E) executar as políticas públicas relativas à pessoa com deficiência.
51. Para permitir que pessoas com deficiência possam navegar melhor na internet, o consórcio W3C (*World Wide Web Consortium*) recomenda que os desenvolvedores de *websites* adotem as seguintes medidas, **EXCETO**:
- A) utilizar legenda para descrever imagens.
  - B) usar tabelas apenas quando necessário, e não para fins de *layout*.
  - C) evitar animações e elementos móveis.
  - D) usar alto contraste entre o texto e o fundo das páginas.
  - E) abrir novas abas ou janelas para facilitar a navegação.
52. Podem ser considerados produtos que promovem a autonomia, a independência, a qualidade de vida e a inclusão social da pessoa com deficiência:
- A) elementos de urbanização.
  - B) tecnologias assistivas.
  - C) intérpretes de LIBRAS.
  - D) adaptações razoáveis.
  - E) rampas e elevadores.
53. Quando contratadas por uma empresa pública ou privada, pessoas com deficiência permanente ou transitória podem ser beneficiadas por procedimentos especiais de inclusão laboral. Dentre as alternativas a seguir, a **INCORRETA** é:
- A) o ambiente de trabalho adaptado.
  - B) a jornada variável.
  - C) o horário flexível.
  - D) o transporte particular adaptado.
  - E) o salário proporcional.
54. Visando promover a inclusão das pessoas com deficiência em todos os níveis da educação, a Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência determina que os Estados signatários devem garantir que:
- A) pessoas com deficiência que não consigam estudar sejam mantidas com conforto em casa.
  - B) adaptações razoáveis sejam providenciadas de acordo com as necessidades individuais.
  - C) haja ajuda de custo para financiar a educação das pessoas com deficiência.
  - D) todos os livros didáticos contenham, pelo menos, resumos em Braille.
  - E) pelo menos 5% dos funcionários das escolas públicas tenham formação básica em Língua Brasileira de Sinais.
55. A Lei nº 13.146/2015 definiu apoios para pessoas com deficiência, a saber:
- A) atendente pessoal como aquele que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos às pessoas com deficiência nas atividades diárias.
  - B) atendente pessoal como aquele que recebe remuneração para realizar a administração de medicação parental na pessoa com deficiência severa.
  - C) atendente pessoal escolar como aquele que realiza as atividades de mediador e de auxiliar nas atividades da vida diária.
  - D) profissional de apoio escolar como aquele que exerce atividades escolares na falta de professor especializado para deficiência múltipla.
  - E) profissional de apoio escolar como aquele que exerce atividades de vida diária e de reforço escolar para alunos com deficiência intelectual.
56. O sistema educacional federal deve incluir o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina obrigatória integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais nos cursos de:
- A) Fonoaudiologia, Educação Especial e Psicologia.
  - B) Fonoaudiologia, Educação Especial e Sociologia.
  - C) Fonoaudiologia, Educação Especial e Magistério.
  - D) Educação Especial, Letras e Pedagogia.
  - E) Educação Especial, Magistério e Pedagogia.
57. Dentre as alternativas apresentadas, assinale a que representa uma diretriz para a oferta de Educação Especial.
- A) Garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.
  - B) Atender preferencialmente em instituições especializadas públicas ou privadas.
  - C) Garantir o ensino médio gratuito e compulsório, assegurando adaptações razoáveis.
  - D) Garantir um sistema educacional exclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.
  - E) Fornecer apoio técnico e financeiro às instituições privadas com fins lucrativos especializadas em educação especial.
58. Das opções a seguir, assinale a que apresenta um *software* de tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual.
- A) Sistema *Linux*.
  - B) Impressora Braille.
  - C) Sistema *Dosvox*.
  - D) Lupa eletrônica.
  - E) Sistema Libras Fácil.

59. Barreiras são entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos que limitam ou impedem a participação social da pessoa e o exercício de seus direitos, entre eles, à liberdade de movimento e de expressão. Assinale a alternativa que classifica **INCORRETAMENTE** tais barreiras.
- A) Urbanísticas, tal como uma calçada incompatível com a circulação em cadeira de rodas num espaço de uso coletivo.
  - B) Físicas, tal como a ausência de oferta de órteses e próteses.
  - C) Arquitetônicas, tal como a falta de rampa adaptada na entrada de um edifício público.
  - D) Nos transportes, tal como a ausência de elevador ou plataforma para embarcar em um ônibus municipal.
  - E) Comunicacionais, tal como o não respeito pelas normas de acessibilidade em um *website* do governo.
60. Barreiras atitudinais são comportamentos que impedem a participação social da pessoa com deficiência. Assinale a alternativa que melhor descreve, no ambiente universitário, a atitude de “exaltação do modelo”.
- A) Recusar-se a interagir com um aluno com deficiência, ou com os familiares deste.
  - B) Elogiar exageradamente um aluno com deficiência pela mínima ação realizada em sala de aula.
  - C) Generalizar aspectos positivos ou negativos entre dois alunos com deficiência, supondo que ambos terão as mesmas habilidades e dificuldades.
  - D) Usar a imagem da pessoa com deficiência como exemplo de persistência e coragem junto aos demais alunos.
  - E) Estimular a turma na realização de atividades pelas pessoas com deficiência, atribuindo-lhes uma pseudoparticipação.



UFRJ

---